

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

www.incm.pt

www.facebook.com/INCM.Livros

editorial.apoiocliente@incm.pt

© *Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Joaquim Cerqueira Gonçalves*

Título: Itinerâncias de Escrita

Vol. III — Escola/Ecologia

Autor: Joaquim Cerqueira Gonçalves

Concepção gráfica: INCM

Design da capa: Silvadesigners

Concepção da capa: João Tiago Marques/INCM

Composição gráfica: BookpaperDesign

Tiragem: 1000 exemplares

1.ª edição: Junho de 2014

ISBN: 978-972-27-1838-7

Depósito legal: 322 629/11

Edição n.º 1018083

APRESENTAÇÃO

Os textos agora reeditados — com ligeiras alterações formais e também acrescidos de alguns inéditos — nesta Colectânea, em três volumes, foram surgindo no decurso dos tempos e ao sabor do estímulo de múltiplas circunstâncias, sem qualquer propósito e projecto de unidade, a qual também não se pretende lograr no enquadramento, por áreas temáticas, na distribuição agora adoptada, a posteriori. Se unidade existe, ela não foi procurada, devendo-se, porventura, aos reticulados lógicos do pensar, o qual não é certamente alimentado, nem pelo acaso, nem pela indiferença.

De entre as plausíveis razões que podem legitimar a publicação desta Colectânea deve ser realçada uma delas, mesmo que não seja a mais compulsiva: apresentar, ao jeito de prestação de contas, parte do trabalho de um docente de uma escola pública — a Faculdade de Letras de Lisboa —, onde são desenvolvidas mui diversificadas tarefas, algumas com pouca visibilidade, que não podem ser aglutinadas e trivializadas no estereótipo simplista de dar aulas.

São textos escolhidos, merecendo o facto um esclarecimento sobre o critério de selecção. Conferindo-se prioridade, não ao autor, mas ao leitor, foram excluídos os textos que, a juízo do autor, se consideram de menor alcance, mas sobretudo os que, embora já publicados, têm uma marca especificamente religiosa. Não se inclui também o texto da dissertação de doutoramento, Homem e Mundo em São Boaventura, devido, neste último caso, à sua grande extensão. Esclareça-se, porém, que a referência religiosa não está ausente dos textos que compõem a presente Colectânea. Além de a categoria religiosa ser marca da cultura, uma significativa parte dos textos agora editados tematiza a articulação cultura-religião, tanto na sua recíproca determinação como no processo, ora de superação do nível da própria cultura, ora de redução da religião à cultura.

Uma nota breve sobre o título: Itinerâncias de Escrita. Procurou-se espelhar, nele, quer a condição existencial e institucional do autor, membro da Ordem Franciscana, quer, simultaneamente, a característica da sua actividade filosófica: caminhar por múltiplas sendas, num abrangente exercício, que o discurso escrito vai mapeando.

Na pessoa do Prof. Doutor António Braz Teixeira, que prontamente acolheu a proposta desta edição, são devidos os agradecimentos à Imprensa Nacional-Casa da Moeda, instituição que vem desempenhando papel de relevo, em benefício da cultura portuguesa.

I

ESCOLA

A SOCIEDADE

Reflexões sobre o seu fundamento

I

Muitas épocas se preocuparam com a sociedade e é mesmo considerada nos nossos dias um *problema* prioritário, a que urge dar solução urgente, sob pena de comprometer os rumos da própria espécie humana.

Perante as múltiplas tentativas de solução, mais um esforço desgarrado e um tanto ou quanto abstracto, pelo facto de não ultrapassar o valor literário de umas páginas perdidas em publicação de público muito reduzido, não passaria de rematada veleidade.

Importa, antes de tudo, rectificar esquemas secularmente estabelecidos a respeito da sociedade. Primeiramente, esta não é um *problema* a demandar uma solução ou uma dificuldade a estimular resoluções. A sociedade é antes uma entidade a constituir-se a todo o momento, partindo de um dado — o mundo — e da acção humana, a qual, ao constituir a sociedade, também constitui o próprio homem. Não se trata, portanto, de um enigma proposto ao homem a partir do exterior, para ser decifrado por um ser inteligente; não obstante a essencial intervenção humana no processo, o próprio homem é simultaneamente causa e efeito. Por outras palavras, o homem está também envolvido pelo dado, no qual insere a sua acção.

Quase sempre a literatura filosófica e política traduz a acção humana não como constitutiva da própria sociedade, mas como transformadora ou rectificadora de esquemas sociais já cristalizados

* *Itinerarium. Revista Trimestral de Cultura* 91, Lisboa, 1976, pp. 58-65.

e, portanto, sempre considerados exteriores ao próprio homem, com os quais este entra em relação apenas como perito social, como criador de engrenagens e instituições sociais. Porque a *constituição* da sociedade é função *constitutiva* da própria natureza humana, qualquer pessoa, mesmo sem especiais mensagens de ordem social, terá de reflectir sobre esta, sob pena de falhar o sentido da sua própria existência. É este o sentido da presente reflexão, a qual decorrerá de uma análise fenomenológica da actividade pensante.

A constituição da sociedade não decorre exclusivamente, como é óbvio, da reflexão. Também esta supõe sempre um *dado*, um plano vital que é indissociável do mundo, no qual se podem contar as estruturas sociais culturalmente elaboradas. Uma rápida análise do processo da reflexão facilmente nos remeteria a essa relação — reflexão-mundo —, evitando-se, assim, a indevida redução dessa actividade pensante a um plano abstracto e vazio.

Aceite-se ou não uma origem espontânea ou reflexiva da sociedade, seria quase inimaginável que, pelo menos em determinado momento, não interferisse o «pecado» da inteligência, pelo que se torna hoje impensável a existência de qualquer espontaneísmo social. A nossa reflexão continua, pois, em termos de história, outras reflexões, sendo estas dados referenciais insubstituíveis da nossa própria actividade. É sobretudo ao nível da reflexão que se deve falar de um corpo orgânico profundamente marcado pela diferenciação histórica.

O maior obstáculo à benéfica interferência da actividade reflexiva resulta, sobretudo na hora actual, da existência e voga das ideologias, também elas nascidas da reflexão, mas cristalizadas em fórmulas espantosamente eficazes e transformadores de esquemas sociais.

O apelo, que a reflexão nos dirige, coincide também com o esforço de libertação, perante o acabrunhante peso das ideologias. O facto de se imiscuir a actividade reflexiva no processo da sociedade é também o índice da impossibilidade de o homem abdicar da sua função constituinte da sociedade, significando ainda que, ao partir de um dado, não se deixa reduzir a ele nem se considera simples efeito do mesmo. A reflexão é porventura a actividade que melhor traduz o sentido de continuidade e de descontinuidade do homem, relativamente à natureza.

II

Porque a historicidade é constitutiva da reflexão, uma breve referência ao passado irá certamente ajudar a aprofundar a prospecção da actividade presente.

Aparentemente, e por vezes realmente, a especulação filosófica do passado não dedicou particular atenção ao tema da sociedade. São no entanto muito frequentes, na história da filosofia, comentários que directa ou indirectamente a atingem, a ponto de essa frequência legitimar a inerência essencial do *tópico político* na filosofia. Com efeito, a filosofia *é, foi* ou *deverá ser* política.

Claro que pensar em termos políticos não significa necessariamente perspectivar a sociedade, mas é também verdade que, estando a política directamente referida ao estado, não poderá dissociar-se da sociedade, na qual este se integra. Reconhece-se entretanto que, ao procurar-se um estado para organizar uma sociedade, se reduziu esta àquele, acabando a filosofia por ser uma política do estado.

Não raro também se torna difícil detectar na literatura filosófica abordagens explícitas de natureza política. Tal ausência é apenas aparente, sobretudo nos pensadores que enraizaram a política na profundidade dos estratos ontológicos. Nesses autores, as relações sociais, para não serem artificiais ou até arbitrárias, deverão ser inspiradas pelas radicais estruturas do ser. Uma pretensa acusação de abstractismo desta atitude é flagrantemente eliminada pelas reais transformações sociais que essas reflexões provocaram no decurso da história.

Sem o aprofundamento da política e da filosofia social até ao nível ontológico, não se vê como encontrar as conexões entre a *antropologia*, a *cosmologia* e a *sociedade*.

Temos falado muito em sociedade, mas, propositadamente, evitamos o termo sociologia. Sem as opor, urge desde já distinguir a óptica filosófica e a científica em relação à sociedade, por muito que irrite — ou talvez não — os sociólogos, ainda a viver o entusiasmo despertado pelo tratamento dos fenómenos sociais com um certo rigor cientificista.

A sociologia tem o seu domínio, a sua legitimidade e goza hoje de uma popularidade indiscutível, a ponto de, por causa desta, prejudicar as suas exigências de rigor.

Mas, como toda a ciência, a sociologia parte de factos, interpreta-os, formula hipóteses, elabora teorias e estabelece leis. Neste

sentido, o homem constitui a ciência sociológica, mas isso não equivale a constituir a sociedade. Por outro lado, visto partir de factos, a sociologia devia ser retroversiva, o que a afastaria da sua função constituinte da sociedade. Quando ela é proversiva, transforma-se já em *técnica* ou em *ideologia*. De qualquer forma, nunca perderá o seu carácter hipotético, que é incompatível com a reflexão filosófica. Com efeito, a filosofia não parte de uma *hipótese*, mas de um dado dinâmico; não apura um *esquema*, mas *constitui* uma sociedade.

Em filosofia, assume particular importância a questão do *ponto de partida*, o que se ajusta perfeitamente ao desejo de eliminar um ponto de apoio da carácter hipotético.

Na análise da natureza da sociedade, o ponto de partida é quase sempre determinado pelo *projecto* da sociedade que se pretende realizar, sem se averiguar a consistência desse mesmo projecto, o qual resultará, em larga medida, da radicalidade do ponto de partida. Ora, sendo a construção da sociedade não uma tarefa indiferente ao homem, pois enraíza-se na própria condição humana, urge insistir na radicalidade do ponto de partida da análise.

O *pragmatismo* não parece ser o caminho mais adequado, embora se verifique que o peso da importância da sociedade, para a vida humana, tende a levar esta a optar por uma solução simplesmente pragmática.

As lições da etnologia poderiam constituir também uma solução, e elas têm de facto apoiado muitas considerações de ordem filosófica. Não esqueçamos, porém, que as lições da etnologia são quase sempre modelos do passado, em contraste com as nossas preocupações — a constituição dinâmica da sociedade, em cada momento da vida do homem. Os dados da etnologia não são indiferentes, mas terão de entrar num processo global e sempre interpretados com sensibilidade histórica.

Para a filosofia, é ainda muito mais sedutor o mundo da cultura, ou seja, a consideração dos esquemas em que o homem tem pensado a sociedade. Mas também a cultura, tal como a etnologia, para ser útil, deve ser submetida à perspectiva histórica, perdendo então o carácter de cristalização perene, que por vezes lhe é atribuída. Uma vez mais, o que está em causa é o processo da constituição da sociedade e não o estudo das sociedades já constituídas.

O ponto de partida em si pode não se identificar com o ponto de partida do homem, mas é necessariamente por este que teremos

de começar. Ao escrevermos estas palavras, de nítido sabor aristotélico, estamos já indirectamente a afirmar que o homem está envolvido num processo que o ultrapassa.

Admitindo embora outros factores, que determinam o pensamento humano, o nosso ponto de partida terá de ser esse mesmo pensamento. Por outras palavras, vamos reflectir sobre a sociedade e, para garantir o rigor de uma análise, que reputamos decisiva, tomaremos o caminho da própria actividade pensante.

A operação é aparentemente simples: *embarcar no pensamento e seguir o ritmo da sua própria manifestação.*

Seria porventura de adivinhar desde já uma possível tradução, feita por outrem, daquilo que desejamos afirmar: *penso, logo a sociedade é.* Nós retomáramos esta interpretação, para a confirmar por outras palavras: *ao pensar, constituo a sociedade.* Ou ainda: *penso para constituir a sociedade.* Finalmente: *penso porque sou um ser social.*

Todas estas fórmulas, que aliás se completam, conduzem-nos à ideia de um *cogito* social, porventura legítimo, porque real. Acrescente-se entretanto que, não se identificando o nosso ponto de partida com o ponto de partida em si, será de supor um *cogito* social mais ajustado ao *social em si* do que ao *social pensado*. Por outras palavras, o *cogito social* é pré-reflexivo, alimentando por isso a nossa reflexão.

Este método, que consideramos radical, não tem sido afinadamente adoptado, talvez porque o homem está mais habituado a pensar sobre a sociedade, já constituída, do que a analisar o modo de constituir a sociedade.

Tornou-se já clássica a dificuldade de análise do pensamento e estão hoje esquematizados os paradoxos a que ela conduz. O que pareceria óbvio tornou-se o mais difícil, estando aí a origem das diferentes gnosologias ou mesmo das diversas filosofias. Será que o pensamento de cada pessoa é irreduzível ao de outra? A aceitação das diferenças pesa tanto como a exigência de um *logos* universal, de que todos os homens participam?

Sem uma certa afinidade de pensamento, não seria possível a discussão da própria diversidade do mesmo e parece também óbvio que o homem pensa, em grande parte, para comunicar, verificação de decisivas consequências para o esclarecimento da relação entre pensamento e sociedade.

Conscientes das dificuldades, embarquemos na actividade pensante.

III

Se a actividade pensante não se reduz à consciência, a dificuldade de abordar aquela talvez possa ser ladeada, fazendo uma análise ao processo da consciência, não se pretendendo com este método significar que é mais fácil dirimir as questões levantadas à volta do pensamento, passando pela consciência. Esta é um processo, no qual se destaca a relação a um objecto. Na sua interpretação, verifica-se uma tríplice tendência: a valorização ora do sujeito, ora do objecto ou ainda a relação entre os dois. Dir-se-ia que a época antiga insistiu no objecto, a moderna no sujeito e algumas correntes contemporâneas, particularmente a fenomenologia, realçaram acima de tudo a relação, numa tentativa de superar a dualidade sujeito-objecto. Esta última perspectiva, a da fenomenologia, ao falar na *intencionalidade* do movimento da consciência teve o mérito de impedir a cristalização da mesma consciência no esquema sujeito-objecto.

O objecto, mesmo quando pretende apontar para uma realidade extramental, é sempre, e somente, uma presença no pensamento. Ele não pode identificar-se com uma coisa. Contudo, um certo prurido de objectividade, cultivado pela ciência, viu nesse objecto a possibilidade de o universalizar, aplicando-o a um conjunto de realidades extramentais. Assim se explica a associação entre objecto, conceito e até ideia. Equacionar a questão nestes termos é, porém, reduzir o pensamento aos interesses da ciência, na interpretação em que modernamente esta é encarada, quando a finalidade da ciência não é porventura o objectivo fundamental do pensamento, mas apenas uma das suas perspectivas.

Entretanto, mediante este esquema da ciência, um tanto ou quanto simplificado, para não dizer simplista, é talvez possível descobrir a tendência radical da actividade pensante.

Voltemos a retomar a relação da consciência na sua *intencionalidade*, pois é ainda a melhor forma de preservar o sentido dinâmico do pensar. Quando se afirma que o pensar tende para um objecto, não havendo conhecimento a não ser de um objecto, pretende-se sobretudo acentuar a intencionalidade da acção cognoscitiva, marcada por uma *tendência para*. Sucede, porém, que não é para o objecto que realmente o pensamento se dirige. O seu exercício equivale a uma *valorização* e esta manifesta-se na tendência para um valor e não para um *objecto*. Reduzir a objecto o

valor, que a actividade pensante persegue, é a pior das inversões da intenção fundamental do homem, deformação aliás constantemente avolumada pelo entusiasmo científico de rigor e objectividade.

Temos consciência de que, embrenhando-nos em terreno e terminologia axiológicos, poderemos novamente cair no logro que pretendíamos afastar, pois também a axiologia se afastou das exigências ontológicas, pagando o seu tributo ao *objectivismo* da moda científica.

A valorização não se situa apenas ao nível e nas intenções de desenvolvimento do sujeito, incluindo sempre uma referência a uma realidade diferente deste, num processo de relação diferenciadora. Essa realidade diferente denomina-se *valor*, atendendo tanto ao grau intrínseco de realidade, que é, como à tendência do sujeito para se valorizar.

Trata-se de uma expansão do ser, que é sobretudo de ordem qualitativa, mas cuja linguagem nunca perdeu um sabor quantitativo: *ser mais, tender para um ser maior*, etc.

O *ser maior* é a pessoa. Ao considerar esta como o *valor maior*, não estaremos a cometer a clássica arbitrariedade de um antropocentrismo indevido?

A objecção-censura é pertinente, sobretudo se se não esclarecer o significado do termo pessoa. Dentro da nossa perspectiva, porém, preside um critério de desenvolvimento de raciocínio que dá coerência à opção feita, aliás também estimulada pela análise fenomenológica da acção humana. Se o exercício do pensamento, que é aliás expressão da acção humana, é um processo de relação, ele não tende apenas para uma realidade, mas sobretudo, mediante um momento de relação, tende para uma realidade capaz de se relacionar. Ora esta realidade encontra-se privilegiadamente na pessoa.

Encontramo-nos, assim, não apenas perante a relação de uma pessoa com outra como ainda e sobretudo da constituição de uma comunidade, que toda a relação pessoal tende a promover. Estaríamos agora em condições de acrescentar que o horizonte da pessoa não é a pessoa, mas, sim, a *comunidade de pessoas*.

A partir daqui, não será difícil inferir a impossibilidade de uma sociedade verdadeiramente humana se não for constituída pela dinâmica da pessoa, a qual, por sua vez, se processa na acção constitutiva.

Ao apontarmos como horizonte da pessoa a comunidade, poderíamos prosseguir a análise e levantar a questão do fundamento da relação pessoa-comunidade, que possivelmente nos conduziria a uma realidade pessoal fundante. Esta discussão nem sequer estaria fora do âmbito da análise fenomenológica que tentámos fazer da actividade pensante, mas está certamente fora dos propósitos do momento.